Regulações Institucionais e Integração Cultural: um Binômio Viável

Eliane Ganev*

Resumo: O artigo a seguir explora e enfatiza alguns aspectos da pesquisa de doutorado da autora. Apresenta as formas e princípios organizativos de grupos de Alcoólicos Anônimos no Brasil e no Uruguai, e analisa relações entre suas regulações institucionais e o potencial de integração cultural da associação – concebida, para os propósitos da pesquisa e do presente texto, como um movimento cultural¹.

Palavras-chave: Regulações Institucionais, Integração Cultural, Sub-regulação, Auto-regulação, Dicotomias, Alcoólicos Anônimos, Culturas Locais, Cultura Institucional.

Abstract: This article proposes to explore and emphasize some aspects of the author's doctorate thesis. It presents some forms, and organizational principles of the Alcoholic's Anonymous or (AA) in Brazil and Uruguai, as well as analyses relationship between the group's institutional regulations and the institution's potential for cultural integration. Thus, this institution can be conceived to be, for the aim of the thesis and the article, as a cultural movement¹.

Keywords: Regulações Institucionais, Integração Cultural, Sub-regulação, Auto-regulação, Dicotomias, Alcoólicos Anônimos, Culturas Locais, Cultura Institucional.

Introdução

Alcoólicos Anônimos (AA) surgiu nos anos 30 do século XX, nos Estados Unidos, como uma proposta leiga de superação do alcoolismo voltada para homens e mulheres cuja forma de beber tivesse se tornado, a seus próprios olhos, um problema. Nos seus quase setenta anos de existência e de crescimento (lento mas constan-

* Doutora em Integração da América Latina pelo Programa de Pós-Graduação em Integração da América Latina - PROLAM/USP. *E-mail:* elianeganev@terra.com.br.

¹ Desse modo, os aprofundamentos conceituais das noções aqui trabalhadas, a íntegra dos enunciados e dos dados colhidos no trabalho de campo, bem como a bibliografia completa da pesquisa, encontram-se no corpo da tese (Ganev 2002). In this form, the concepts and notions which are explored here, the totality of the hypothesis and the data collected during fieldwork, as well as the complete bibliography can be found in the doctorate thesis (Ganev 2002).

te), ramificou-se para pouco mais de 140 países e noventa mil grupos, congregando atualmente cerca de dois milhões de membros, segundo seus próprios números, sempre figurando entre as alternativas com índices significativos de sucesso na recuperação a longo prazo de alcoólicos e ostentando, tanto em extensão geográfica como internamente a cada um de seus grupos, uma diversidade cultural instigante.

Vaillant (1999: 213) menciona sua expansão “na miserável comunidade hindu, na Índia, na anglofóbica tomadora de vinho, a França, na Espanha católica e no Japão budista”, além da Rússia, Arábia Saudita, Brasil, Hong Kong, Zimbábwe e outros – aos quais pode-se acrescentar os países da América Latina, abrindo um considerável leque de diferenças entre si e também em contraponto à própria cultura de AA, fortemente ligada à versão norte-americana do protestantismo ocidental. E essa diversidade cultural atestada pela abrangência geográfica da associação manifesta-se também internamente, no micro-cosmo e na cotidianidade dos grupos de AA. A título de exemplo, nos grupos (do Brasil e do Uruguai) que foram incluídos no trabalho de campo da pesquisa é regra geral a convivência profunda e solidária entre ricos e pobres, jovens, adultos e anciãos, titulados em universidades e analfabetos, homens e mulheres de todas profissões e preferências sexuais, gente “de direita” e “de esquerda”, ateus e crentes filiados às mais diversas religiões, sincretismos e dissidências que proliferam em nosso continente, além, é claro, da presença de todas as etnias e mestiçagens também existentes entre latinoamericanos em geral, brasileiros e uruguaios em particular.

Tal característica chamou a atenção da pesquisadora sobre a experiência coletiva dos AAs, que muito tem sido investigada do ponto de vista estritamente médico, mas tem passado praticamente despercebida enquanto *movimento cultural* dotado de características singulares. Como estudiosa do campo da comunicação social e, especificamente, das relações entre comunicação, cultura e produção de subjetividade, voltei o foco da pesquisa para esses aspectos ainda inexplorados da existência e do funcionamento de Alcoólicos Anônimos, um dos quais aprofundou a compreensão em torno das relações entre suas formas organizativo-regulatórias e a integração cultural acima citada, tema que constitui a base do presente artigo.

Desse modo, proponho aqui um certo percurso do pensamento, configurado como estrutura e sequência do texto: primeiramente, que olhemos o próprio alcoolismo como um fenômeno cultural, ou em outras palavras, que ampliemos o olhar comumente reducionista – que o concebe ora como questão “moral”, ora como problema de saúde pública cujo enfrentamento seria atribuição específica desse campo de conhecimento e de formulação de políticas específicas –, visitando seus significados remotos e recentes no imaginário coletivo; em seguida, que visualizemos uma síntese da proposta de Alcoólicos Anônimos para lidar com o alcoolismo de seus membros; finalmente, veremos o

desenho institucional e as regulações que AA construiu para viabilizar a prática permanente de sua proposta, no contexto dos quais a integração cultural poderá ser compreendida como um benéfico (e coerente) “efeito colateral”.

Alcoolismo é cultura? ²

Falar de alcoolismo é pisar em terreno minado, a começar pela tentativa de resgatá-lo historicamente, uma vez que a própria descoberta do processo de fermentação alcoólica não tem origem definida. A arqueologia trabalha com a hipótese de que povos antigos, convivendo com vinhedos selvagens, possam ter tido suas primeiras experiências etílicas. Sementes de uva cultivadas e armazenadas, encontradas em sítios arqueológicos datados de até 8.000 anos a.C., permitem supor o fabrico de algum tipo de vinho. As citações bíblicas sobre videiras e embriaguez aparecem já no Velho Testamento. Reis, sacerdotes, curas, feiticeiros, guerreiros, produtores, comerciantes e outras personagens medievais que cultivaram hábitos ligados ao uso de diferentes *beberagens* pontuam a história, a arqueologia, a antropologia e a mitologia de todos os continentes. No século XX, o filósofo e psicólogo William James (1995) estudou a vida de homens e mulheres que vieram a tornar-se religiosos católicos e protestantes, muitos dos quais foram beberrões inveterados antes de experimentarem algum tipo de “conversão”. Na América, algumas culturas pré-colombianas já produziam bebidas fermentadas (Cardoso 1986). No Brasil, a cachaça, originalmente um sub-produto da fabricação do açúcar, foi consumida por animais e escravos muito antes de vir a tornar-se *bebida nacional*³. Com tais breves menções, quero apenas enfatizar a quantidade e a pluralidade dos legados culturais com os quais lidamos necessariamente ao enfrentar hoje a questão do alcoolismo.

Além disso, a emergência das sociedades industriais, trazendo consigo as formas sócio-políticas e os sempre drásticos movimentos da acumulação capitalista⁴, operou como um divisor de águas em todos os campos da aventura humana e, no que se

² No capítulo I da tese de doutorado da autora (Ganev 2002) encontra-se uma versão mais detalhada da discussão desse tópico, e nos seus Anexos está a íntegra dos estudos de campo que lhe serviram de base.

³ E, do mesmo modo, *práticas de abstinência alcoólica* têm acompanhado, quase que *pari passu*, as práticas etílicas de todos os tempos e lugares, fazendo-lhes contraponto nos mais dispares contextos, e com significados igualmente múltiplos: como forma de diferenciação hierárquica para definir *status* social ou religioso, sinal ou prova de pureza espiritual (mas também de puritanismo num sentido pejorativo), prescrição médica, busca da *saúde perfeita* etc.

⁴ Colonialismo, escravismo, diáspora e destruição de povos nativos de todas as regiões terrestres, expulsão das populações rurais, formação das urbes e das grandes aglomerações fabris, imperialismo, guerras, revoluções de

refere ao assunto em questão, temos que produtos, práticas e usos culturais étlicos até então enraizados e dotados de sentido foram sendo absorvidos por esses macro-processos e convertidos em *mercadorias*, fontes de acumulação privada e de arrecadação tributária pelo poder público, objetos de desejo e de consumo. É no reverso dessa moeda que encontramos a generalização do alcoolismo como patologia endêmica, questão social, problema de saúde pública, objeto de pesquisas científicas e alvo de (escassas) políticas públicas.

O novo contexto não eliminou, contudo, aqueles influxos ancestrais no imaginário das populações que agora convivem com o alcoolismo em seu cotidiano, de modo que cada reencenação desse drama contemporâneo mobiliza e faz emergir, na consciência individual e coletiva, um repertório imenso, fragmentário e incoerente de significados e de afetos sempre *viscerais*, que acrescentam complexidade ao problema. Podemos visualizar tal repertório “ouvindo” vozes oriundas de algumas esferas da vida social contemporânea: o conhecimento, a arte, o jornalismo, a publicidade e o assim chamado senso comum.

No campo do conhecimento, em particular nas ciências médicas, polêmicas fundamentais e pontuais dividem historicamente a comunidade científica em torno de muitos aspectos ligados ao beber descontrolado e, ao serem socialmente compartilhadas, estendem a divisão também ao mundo político, religioso, social e familiar: o alcoolismo é um problema moral, uma doença ou um sintoma? É progressivo ou não? Curável ou não? Hereditário ou não? Primário ou não? Quais os critérios para o diagnóstico? Qual a sua etiologia? E o tratamento mais eficaz? Um alcoólico pode voltar a beber controladamente? AA é útil na recuperação do alcoolismo?⁵

O modo como tais questões vêm sendo respondidas e, mais que isso, o *modo* como as respostas da ciência chegam (ou não) às pessoas, influencia diretamente o comportamento cotidiano de policiais, jornalistas, juizes, professores, pesquisadores, empresários e demais atores sociais que, de algum modo, são confrontados com o problema, assim como a criação (ou não) de políticas públicas, instituições e serviços para fazer frente às demandas, além, é claro, de afetar direta ou indiretamente a vida dos alcoólicos. E o fato de as respostas serem quase sempre contraditórias e de natureza não conclusiva gera, dentre outros desdobramentos: omissões ou disparidades

perspectiva socialista, movimentos de libertação nacional, totalitarismos e ditaduras, a posterior desestruturação e reestruturação geo-política fundada na globalização neoliberal, a destruição dos parques industriais das regiões economicamente submetidas, desemprego e subemprego crônicos...

⁵ Perguntas como essas serviram como pontos de partida ao trabalho de Vaillant (1999).

normativas e legais, prescrições médicas desconstruídas, diagnósticos equivocados, tratamentos inadequados, confusão, morte, enfim, perdas de todo tipo e tamanho.

Além disso, se como regra geral o modelo médico *reduz* o alcoolismo a bem menos do que ele é, por outro lado, a ignorância generalizada a respeito *deste* seu aspecto, socialmente preponderante desde que se tornou problema de saúde pública, chega a ser mais danosa do que sua redução. Ainda hoje os programas das escolas de medicina, psicologia, serviço social, direito e outras áreas vinculadas omitem ou relegam o tema a um grau de insignificância desproporcional em relação à realidade social, e é grande a quantidade de profissionais de saúde, tanto quanto de outros atores sociais e de alcoólicos que simplesmente desconhecem a dimensão patológica e endêmica do fenômeno.

Enquanto isso, a arte trata de buscar e oferecer outras visões, com sua peculiar capacidade de encontrar e expressar verdades profundas subjacentes aos acontecimentos. Assim, por exemplo, o beber problemático é um dos temas caros às letras de canções populares de diversos gêneros e idiomas. A título de exemplo, “ouçamos” a seguir a descrição completamente *caipira* – conforme Ribeiro (1995) e Cândido (2001) – e despidorada (isenta de moralismos), em primeira pessoa do singular, de um *caso gravíssimo* de alcoolismo feminino, cantada por Inezita Barroso há décadas por expressar, de maneira muito leve, verdades em geral constrangedoras. Em “Moda da Pinga” aparece o riso popular no sentido bakhtiniano, ou seja, do riso que “expressa uma opinião sobre um mundo em plena evolução no qual estão incluídos os que riem”, ao contrário do humor negativo, cujo autor “coloca-se fora do objeto aludido e opõe-se a ele”, destruindo com isso “a integridade do aspecto cômico do mundo” (Bakhtin 1993):

Moda da pinga

(Ochelsis Laureano e Raul Torres, interpretação de Inezita Barroso)

Co'a marvada pinga é que eu me atrapaio/ Eu entro na venda e já dô meus taio
Pego no copo e dali num saio/ Ali mesmo eu bebo, ali mesmo eu caio

Só pra carregá é que eu dô trabaio, oi lá!

Venho da cidade, já venho cantando/ Trago um garrafão que venho chupando
Venho pros caminho, venho trupicando/ Chifrando os barranco, venho cambeteando
E no lugar que eu caio já fico roncando, oi lá!

O marido me disse, ele me falô/ Largue de bebê, peço pro favor
Prosa de home nunca dei valor/ Bebo com o sor quente pra esfriá o calô
E bebo de noite que é pra fazer suadô, oi lá!

Cada vez que eu caio, caio deferente/ Me arço pra trás e caio pra frente
Caio devagar, caio derepente/ Vou de currupio, vou deretamente
Mas sendo de pinga eu caio contente, oi lá!

Pego o garrafão e já balanceio/ Que é pra mor de vê se tá mesmo cheio
Num bebo de vez por que acho feio/ No primeiro gorpe chego intê no meio
No segundo trago é que eu desvazeio, oi lá!
Eu bebo da pinga porque gosto dela/ Eu bebo da branca, bebo da amarela
Bebo no copo, bebo na tigela/ Bebo temperada com cravo e canela
Seja quarquê tempo vai pinga na goela, oi lá!
Eu fui numa festa no rio Tietê/ Eu lá fui chegando no amanhecê
Já me deram pinga pra mim bebê/ tava sem fervê
Eu bebi demais e fiquei mamada/ Eu caí no chão e fiquei deitada
Aí eu fui pra casa de braços dado/ Ai de braço dado ai com dois sordado
Ai, muito obrigado!

No extremo oposto, o trágico, a Bossa Nova é também pródiga no tema – é notório que vários de seus autores bebiam excessivamente e adensaram o imaginário coletivo ao compor e interpretar, com o conhecimento de quem bebe, os modos de ver e os padecimentos de quem *convive* com os que bebem, além de popularizar e legitimar as racionalizações que classicamente os bebedores empregam a fim de justificar seus excessos (dores de amores, traições, ingratidão, solidão, incompreensão, proteção excessiva, depressão, ódio, inimizades⁶):

Com açúcar, com afeto
(*Chico Buarque de Holanda*)
Com açúcar, com afeto/ fiz seu doce predileto/ pra você parar em casa/ Qual o quê!
Com seu terno mais bonito/ você sai, não acredito/ quando diz que não se atrasa
Você diz que é operário/ vai em busca de um salário/ pra poder me sustentar/ Qual o quê!
No caminho da oficina/ há um bar em cada esquina/ pra você comemorar /Sei lá o que!
Sei que alguém vai chegar junto/ você vai puxar assunto/ discutindo futebol e ficar olhando as saias/ de quem vive pelas praias/ coloridas pelo sol.
Vem a noite, mais um copo/ sei que, *alegro ma non troppo*/ você vai querer cantar na caixinha, um novo amigo/ vai bater um samba antigo/ pra você rememorar...
Quando a noite, enfim, lhe cansa/ você vem feito criança/ a chorar o meu perdão
Qual o quê!/ Diz pra eu não ficar sentida/ diz que vai mudar de vida/ pra agradar meu coração

⁶ Note-se que esses eventos amiúde fazem parte da vida dos bêbados, porém, quase sempre como consequências do alcoolismo e não como causas. A pesquisa de Vaillant (1999), bem como sua revisão da literatura médica a respeito, é eloquente quanto a esse ponto.

E ao lhe ver assim cansado/ maltrapilho e maltratado/ ainda quis me aborrecer
Qual o quê!/ Logo vou esquentar seu prato/ dou um beijo em seu retrato
e abro os meus braços pra você/ Com açúcar, com afeto.

De modo geral, as canções populares oferecem ao imaginário coletivo um elemento de totalidade ligado ao alcoolismo: elas contam, ainda que de modo involuntário, fragmentário e distorcido, que o beber descontrolado *associa-se a uma visão de mundo, uma racionalidade e uma cultura, a todo um modo de vida centrado na bebida* e que inclui, por exemplo: auto-isenção e responsabilização de terceiros pelo que acontece ao bebedor, vitimização, minimização, violência, depressão, negação, irresponsabilidade, indiferença, egocentrismo crescente etc. É certo que as letras a um só tempo nos confrontam com visões idealizadas e glamourosas, ou condenatórias e aviltantes dos bêbados, mas a *licença poética* opera aí como um aviso permanente da sua dimensão ficcional, a qual é tão forte e real quanto sua capacidade de narrar o real profundo.

Quanto ao jornalismo – que supostamente é espaço e veículo de informações qualificadas –, o que se vê no cotidiano é praticamente o mesmo desconhecimento que permeia a sociedade. É claro que, eventualmente, aparecem artigos e reportagens adequadamente *informados informativos*, mas, proporcionalmente ao volume de *acontecimentos* direta e indiretamente ligados ao alcoolismo, são como vagalumes voando à noite: frágeis, ínfimos e nunca se sabe aonde ou quando voltarão a iluminar um pouquinho seu entorno escuro.

O *fato* principal, que torna a *acontecer* a cada dia, é que a imensa massa de material jornalístico produzido para o rádio, tevê aberta e jornais (isto é, para a população em geral), especificamente nas editorias de “polícia”, “cidades” e “comunidade” (incluindo trânsito, Justiça, Saúde, Trabalho, lazer e outras classificações), está substancialmente atravessada por casos de alcoolismo: criminalidade e violência (fatais ou não), acidentes de todo tipo, disputas judiciais, estatísticas, problemas de saúde e outras tantas *notícias*; mas exatamente *este* fato concreto, mensurável e de tão elevado *interesse humano*, é ignorado. A grande maioria dos textos concebe como incidentes *primários* o que na verdade são *consequências*. Vamos a mais um pequeno exemplo:

Jornalista é espancado até a morte em Belém

BELÉM – O repórter policial Josemar Baía, de 37 anos, foi morto a socos e pontapés, anteontem, por dois homens. Os acusados, o investigador Luiz Sérgio Torres e o fabricante de chaves Jorge Elias Moraes Rodrigues estavam armados e bebendo em um bar em Icoaraci, em Belém, com a mulher do jornalista, Maria de Nazaré Leal. Baía foi tomar satisfações, deu um tapa na mulher, mas acabou espancado até a morte. (Jornal *O Estado de S. Paulo*, 21/5/2000, C-7)

Nesse sentido e paradoxalmente, a tão apregoada *objetividade* jornalística se torna até realidade, porém, de modo inconsciente e involuntário: como regra geral, o noticiário diário reflete quase à perfeição a ignorância prevalecente na sociedade em torno do problema e só nessa medida é transparente, deixa-se atravessar e permite ver através de sua espessura. Em outras palavras, a praxe é que em nenhum momento se constrói qualquer *relação* explícita e direta, por hipotética que seja, entre o *acontecimento* e o modo de beber de alguns dos envolvidos; tal relação pode apenas ser inferida por leitores que tenham alguma familiaridade ou algum acúmulo de informações e reflexão sobre o assunto.

E tal omissão pode ser tudo, menos inofensiva, no que se refere a alimentar o imaginário coletivo. A mera referência à bebida alcoólica, em qualquer lugar de um texto que *informa* sobre um ato violento, por exemplo, sugere uma violência “gratuita”, tão absurda quanto hedionda, que reforça estereótipos classistas/racistas – já que a criminalidade e a violência *etilicas* das classes proprietárias em geral não chegam às páginas policiais. Jamais se menciona, por exemplo, numa nota sobre um crime cometido num *bar de periferia*, os efeitos do álcool sobre o sistema nervoso central, sobre a agressividade e a capacidade de auto-censura. Embora tais informações em nada pudessem *justificar* condutas violentas, poderiam fortalecer a *compreensão* de sua eclosão quando derivadas do alcoolismo e, portanto, a construção coletiva e plural de sua prevenção, além de modos alternativos de lidar com elas.

Mas tem mais. Mesmo nas ocorrências em que a intoxicação alcoólica é evidente e não pode ser ignorada no texto jornalístico – a bebedeira ao volante, por exemplo –, ainda assim o problema poderá não ser devidamente enfocado. O alcoolismo possivelmente será indicado como causa de acidentes *apenas nos casos em que os motoristas apresentavam “evidências de embriaguez”*. Jamais se leva em conta o fato de que a abstinência repentina, num alcoólico, é tão (ou mais) capaz de provocar acidentes quanto um episódio de bebedeira, porque produz uma *síndrome* (a popular *ressaca*) caracterizada por tremores, sudorese, taquicardia, diarreia, desorientação espacial, desordem motora, terrível mau humor e outros sintomas grandemente comprometedores do desempenho esperado de um motorista (o próprio Código de Trânsito desconhece as “evidências de abstinência”). Também nunca se cogita sobre o fato (cultural) de que *o alcoolismo co-produz um modo de vida fundado na imprudência, irresponsabilidade, agressividade e egocentrismo*, permitindo que alcoólicos (alcoolizados ou não) saiam por aí em veículos sem condições de uso.

Contudo, ao deixarmos de lado o jornalismo e passarmos à publicidade, por um passe de mágica entramos num mundo em que beber é signo de sucesso, sensualidade, alegria e da suprema ânsia humana por transcendência (superação de si, vislum-

bre do sentido da vida). O paradoxo dessa concepção publicitária, que norteia via de regra a propaganda comercial desse tipo de mercadoria, é que as peças atingem em *cheio a lógica do alcoólico* em potencial, ou seja, daqueles 10 a 15% de crianças, jovens, adultos e anciãos de ambos os sexos *para os quais beber é ou virá a ser efetivamente um “assunto” e, no fundo, o centro de suas vidas, a pseudo-solução de seus problemas e a pseudo-realização de seus desejos e utopias*. Mais que isso, as propagandas em geral *descrevem fidedigna e acriticamente os efeitos do álcool sobre a percepção dos alcoólicos* – no jargão dos membros de AA, depois de tomar *uma*, “a vida muda” e o *bebum* torna-se, para ele mesmo (embora nunca para os outros) *o mais bonito, o mais rico e o mais inteligente do lugar*.

O fosso entre as imagens publicitárias e a realidade de milhões de alcoólicos em todo o mundo, tanto como a absoluta coerência entre o poder da indústria de bebidas e a omissão do poder público no que se refere à prevenção do alcoolismo, faz lembrar em plenitude a descrição de Marx (1974) em torno da questão da dualidade da *necessidade humana*: esta *poderia* significar “riqueza de necessidades humanas” e implicar “um *novo modo de produção* e um novo *objeto* da mesma” (riqueza), “Nova afirmação da força essencial *humana* e novo enriquecimento da essência *humana*”. Porém, continua o autor, “Dentro da propriedade privada, o significado inverso”:

(...) o aumento da produção e das necessidades se converte no escravo *engenhoso* e sempre *calculador* de apetites inumanos, refinados, anti-naturais e *imaginários*. A propriedade privada não sabe fazer da necessidade bruta necessidade *humana*; seu *idealismo* é a *fantasia*, a *arbitrariedade*, o *capricho*. Nenhum eunuco adula mais baixamente seu déspota ou procura com os meios mais infames estimular sua capacidade embotada de gozo, para granjear para si mais moedas e para fazer sair ovos de ouro do bolso de seus próximos, cristãmente amados” (1974: 157).

Importa salientar, de tudo isso, o profundo e plural desencontro de interesses, visões e perspectivas entre o mundo da produção do conhecimento, da arte, do jornalismo e da publicidade, só para ficar no âmbito da assim chamada comunicação de massa⁷, que retro-alimenta e atualiza permanentemente um imaginário coletivo já carregado desde tempos imemoriais com imagens ainda *outras* em torno do beber e da figura do bebedor.

⁷ Na contramão das abordagens convencionais, vale registrar o destaque crescente e cada vez melhor informado que vem sendo dado ao tema em diversas telenovelas, no Brasil.

Assim, não causa estranheza que, no plano do senso comum, infinitas apropriações individuais e coletivas componham e recomponham essas visões e respectivas *matrizes*, ao amalgamá-las a outros e mais abrangentes influxos culturais. Nesse plano ainda mais difuso, o pequeno e frágil acúmulo de conhecimento científico se perde por inteiro em meio a *variações sobre o mesmo tema* segundo as quais o bêbado é “uma sensibilidade especial e incompreendida pela mediocridade geral”; uma boa carraspana “é coisa de macho” ou de “elementos de alta periculosidade, paus que nasceram tortos” e que, *portanto*, é preciso “enfrentar com vigor e autoridade”; mas o descontrole no beber poderá ser também consequência da *falta de fé, purgação de pecados cometidos em vidas anteriores, possessão por espíritos malignos* ou apenas *destino*.

Certamente, a cada geração, centenas de milhares de alcoólicos vêm se afogando nesse *banhadão* simbólico, movediço e sem fundo, agitado por correntes que os levam para todas as direções antes de tragá-los⁸. E aqui é momento de perguntar como é que AA – comunidade de alcoólicos auto-resgatados desse *banhadão* – lida com tal complexo de representações sociais e com os conflitos que essa rede simbólica estabelece com suas histórias de vida, com os fatos do seu próprio alcoolismo?

A proposta de AA

Muito resumidamente, pode-se dizer que a proposta de AA inclui: a) uma concepção de alcoolismo como enfermidade “física, mental e espiritual”, primária, progressiva, incurável mas tratável⁹; b) a abstinência como pré-condição para a “recuperação” (esta última compreendida como qualidade de vida, ou seja, busca de toda e

⁸ Se as estimativas da OSM quanto à incidência de alcoolismo são realistas, há mais de meio bilhão de alcoólicos no mundo. AA calcula seus membros em 2 milhões; se somarmos a estes, com otimismo, outros 2 ou 3 milhões que se recuperam através de clínicas, programas públicos e privados, ou mesmo pela pertença a uma religião, chegaríamos a 1% do universo. O que acontece com os restantes 99%?

⁹ Compare-se com a definição da CID/10 — versão mais atual e vigente do Código Internacional de Doenças da Organização Mundial de Saúde (*apud* Seibel e Toscano Jr. 2000: 228), que (tendo já substituído as expressões “alcoolismo” e “síndrome de abstinência alcoólica”) define a “Síndrome de Dependência de Substância Psicoativa” (inclusive álcool) como “um grupo de fenômenos fisiológicos, cognitivos e da conduta pelos quais se indica que o uso de uma substância, ou de um tipo de substância, se tornou uma prioridade muito mais alta para o indivíduo que outros comportamentos que anteriormente tinham mais importância para ele. Característica descritiva dessa síndrome é o desejo (frequentemente forte e, muitas vezes, irresistível) de consumir a(s) droga(s) de que se depende que pode(m) ou não ter(em) sido prescrita(s) por médico(s) ou álcool ou tabaco. Pode haver evidência clínica de que, quando do retorno ao uso da substância de que se depende, após um período de abstinência, verifica-se o aparecimento mais rápido das manifestações clínicas de dependência do que em pessoas não dependentes.”

qualquer condição capaz de tornar a existência significativa segundo os valores de cada membro); c) *Doze Passos* “sugeridos” para alcançar e manter tanto a abstinência como a recuperação; d) a pertença a um grupo de AA – e a frequência às suas reuniões regulares – como estratégia para a prática *permanente* dessa proposta; e) outros dois conjuntos de princípios, intitulados *Doze Tradições* e *Doze Conceitos para Serviços Mundiais*, os quais estabelecem o desenho institucional da associação, configurando normas e práticas de convivência singulares as quais, em conjunto com a prática dos *Passos*, materializam a *cultura* (institucional) de Alcoólicos Anônimos¹⁰.

Embora não seja possível, nos limites desse texto, aprofundar todos esses elementos constitutivos da proposta e da cultura de AA, alguns aspectos precisam ser pontuados. Para começar, vale ressaltar que a associação desenvolveu uma *visão abrangente* do fenômeno do alcoolismo, incorporando o modelo médico mas indo além dos reducionismos vigentes à época do surgimento e consolidação do movimento de ex-bêbados. Assim, embora não tenham utilizado tal expressão, os anônimos levaram em conta a *dimensão cultural do alcoolismo* e sua interpenetração nas culturas locais e no imaginário dos alcoólicos, desenvolvendo um conjunto de atitudes muito cautelosas de abordagem do problema, de modo a não entrar em conflito com as arraigadas, plurais e contraditórias crenças e hábitos étlicos constitutivos dos incontáveis contextos culturais nos quais vieram ramificando sua existência.

Por outro lado, a proposta de AA precisou ser abrangente o suficiente para ensinar, além da abstinência etílica, uma profunda mudança de visão (sobre seus hábitos de beber, sobre os fatos de sua história de vida, valores, conceitos, crenças, perspectivas, relacionamentos e pertencimentos sociais etc) e ainda, uma profunda mudança do seu *modo de vida*, contando, para tanto, com o singular *modo de convivência* proporcionado pela pertença a um grupo de AA (conforme veremos adiante)

Além disso, toda a proposta dos AAs tem como base *práticas comunicativas fundadas no resgate do sujeito*, superando a *incomunicação* também característica do alcoolismo¹¹. Alcoólicos Anônimos nasceu da *comunhão* entre seus primeiros membros, da

¹⁰ Para conhecer na íntegra o enunciado dos Passos, Tradições e Conceitos de AA, vide os anexos da tese de doutorado da autora (Ganev, 2002), ou consulte-se a bibliografia da própria entidade, ou ainda sua *home page*: www.alcoolicosanonimos.org.br.

¹¹ De fato, há uma relação direta entre estágios mais avançados da enfermidade e a incapacidade de estabelecer comunicação *não-patológica* consigo mesmo e com o mundo externo. Quanto mais a vida fica centrada no beber, mais o bebedor tem prejudicada sua própria percepção do mundo e do outro, passando a sistematicamente mentir, ocultar, minimizar, racionalizar, negar, manipular informações, a ponto de perder a identidade e a noção do real. Para maior aprofundamento, ver Vaillant (1999).

possibilidade de expressarem entre si seu profundo desejo pela vida e pela superação do próprio alcoolismo. Desde seus primeiros encontros e conversas, e desde seus primeiros vislumbres de que seus *achados* poderiam ser socializados e úteis a outros iguais a eles, toda a sua preocupação esteve e permanece voltada para a *preservação das formas de comunicação intersubjetivas* que foram construindo desde quando não passavam de umas poucas dezenas de membros: a abordagem e as reuniões.

A assim chamada “abordagem” dos AAs consiste no encontro preferivelmente planejado entre um alcoólico em busca de ajuda e outro que já está reconstruindo sua vida num grupo da associação. Seu fundamento é que sua realização surte efeitos profundos tanto sobre o *abordado* quanto sobre o *abordador*, porque opera aí um “efeito espelho” a partir do qual ambos podem ver-se a si mesmos no outro: o bêbado ouve seu próprio passado no relato do agora sóbrio e mal acredita (mas passa a desejar) que sua vida poderia algum dia ficar parecida com a da pessoa desconhecida que, no entanto, está a lhe contar, com simplicidade e verdade, detalhes sobre seus horrores, desejos e atuais estratégias de bem viver. Enquanto isso, o membro de AA revive uma vez mais seu antigo modo de ser, materializado na presença do outro, e recria suas representações do processo do seu auto-resgate, potencializando-o.

E as reuniões tratam de coletivizar essa comunhão inter-pessoal, criando dinâmicas nas quais o grupo funciona como *comunidade de ouvintes* e cada membro se torna *aprendiz de narrador*, oferecendo seus relatos pessoais com a segurança de que não será interpelado e nem julgado, mas apenas ouvido e provavelmente compreendido pelos que percorreram trajetórias similares, seguem passando por dificuldades e desafios igualmente similares na aventura de reaprender a viver e, no instante seguinte, passarão à condição de narradores, enquanto aquele que acabou de falar retorna ao duro aprendizado de ouvir isenta e solidariamente.

Por fim – e aqui entramos no aspecto central desse texto – era preciso dar forma institucional a esse movimento de ex-bêbados, de modo a não perder a qualidade intersubjetiva (para eles, vital) de suas práticas comunicativas, qualificá-lo como um interlocutor aceitável no campo dos estudos sobre alcoolismo (não-científico, mas legítimo, organizado, dotado de espírito cooperativo e de um saudável empirismo), permitir uma divulgação massiva de sua proposta e, para tanto, garantir-lhe plasticidade suficiente para acolher alcoólicos em busca de ajuda *independentemente de quaisquer outras condições*. Como, afinal, AA equacionou seus impasses organizativos?

Um modo de convivência singular, singularmente forjado

Nos onze primeiros anos de sua existência (1935 a 1946), AA viu-se às voltas com inúmeros problemas e dificuldades decorrentes de sua própria expansão, pri-

meio dentro dos Estados Unidos e Canadá, depois também em outros países e continentes. Problemas ligados à formação dos seus grupos sob circunstâncias as mais inusitadas, à sua sustentação financeira e coesão interna, aos requisitos para tornar-se membro e às relações inter-grupos e com a comunidade/sociedade, os quais chegavam ao conhecimento dos co-fundadores principalmente através de cartas enviadas por indivíduos e grupos recém-formados. As respostas *sempre personalizadas* a essa volumosa correspondência – analisadas e discutidas por um grupo pequeno, coeso e pragmático de pessoas –, cujo fluxo durou cerca de dez anos, associadas também ao conhecimento mais técnico de alguns pioneiros profissionalmente ligados ao mundo das organizações comerciais, formaram a base principal para a formulação das *Tradições* (e, posteriormente, dos *Conceitos*) de AA, que em 1946 foram sistematizadas e publicadas pela primeira vez, enunciando as soluções genéricas encontradas e doravante *sugeridas* a todos os grupos, para fazer frente àquelas dificuldades.

A seguir, apresento uma síntese do que pude compreender a respeito desses princípios que, a um só tempo, configuram em linhas gerais a *estrutura*, mas também a *cultura institucional* de Alcoólicos Anônimos, afetando profundamente o *modo de convivência* de seus membros:

- *Unidade*: as Tradições começam afirmando que a unidade de cada grupo, bem como entre os grupos e na entidade em geral, é crucial para a recuperação individual: “sem o grupo, o indivíduo perece”, portanto, “o bem estar comum deve vir em primeiro lugar” (Primeira Tradição). Na verdade, trata-se de uma declaração ideal cuja realização estará na dependência direta da prática dos demais princípios;
- *Não-governo* (Segunda Tradição): nenhum indivíduo tem poderes para governar, nenhum *encargo* permite impor o que quer que seja e não há sistema de direitos/deveres e sanções pelo qual alguém possa ser punido ou expulso. É também um princípio cuja efetividade é dada pelas demais tradições (especialmente a Terceira, Sétima e Décima Segunda, como veremos) e resulta dele que alcoólicos pertencentes a qualquer elite (seja por poder político ou econômico, *status* fama, carisma, intelecto, habilidades técnicas, liderança religiosa ou qualquer outro elemento que *comumente* coloca pessoas em situação de privilégio), *podem* em AA apenas tanto quanto quaisquer outros membros (ao contrário do que costuma ocorrer em associações de natureza social). Ocorre então um *nivelamento pelo humano*, todos são iguais na medida em que são gente que *sufre* circunstâncias comuns e *deseja* em comum um outro conjunto de circunstâncias;
- *Associação individual incondicional* (Terceira Tradição): não há requisitos para ser membro, a não ser um impalpável “desejo de parar de beber”. Os membros afirmam não

temer o passado de quem está chegando, até porque alcoolismo não produz *cidadãos respeitáveis*. Além disso, não é preciso admitir-se alcoólico e nem que o citado desejo exista já nos primeiros contatos dos potenciais futuros membros com a entidade: cresce, por exemplo, o número dos que são enviados a um grupo por força de decisão judicial para cumprir penas alternativas, e acabam *despertando* e se recuperando;

– *Autonomia dos grupos em assuntos que não afetem AA em seu todo* (Quarta Tradição): diz respeito ao processo de tomada de decisões, que só pode ser melhor compreendido com um conhecimento mais pormenorizado dos vários níveis da estrutura de AA num dado país. Segundo pude compreender, o principal é que cada grupo, enquanto entidade informal (sem existência jurídica), de fato não pode ser forçado a nada e, pelo contrário, pode simplesmente deixar de financiar as instâncias mais abrangentes (regionais, estaduais, nacionais e internacionais, 100% dependentes desse financiamento) se vier a discordar profundamente das orientações mais gerais, em cujas definições toma parte por um minucioso e intenso mecanismo de participação. E é *de fato* livre para tomar suas próprias decisões. Mesmo a ressalva contida no enunciado da Tradição não tem força para se impôr e, além disso, AA tem uma *política de não-defesa* (detalhada num de seus Conceitos) que desestimula a entidade de “cobrar” o que quer que seja de quem quer que seja, interna ou externamente, e até mesmo de se defender publicamente de eventuais ataques que venha a sofrer (distorções de sua proposta, uso indevido de seu nome etc);

– *Um só objetivo institucional*, na verdade dois, mas vistos como tão indissociáveis entre si que foram formulados como “único”: preservar a sobriedade dos membros e “transmitir a mensagem de AA ao alcoólico que ainda sofre” (Quinta Tradição). São metas sem dúvida *particularese limitadas* bastante adequadas, portanto, à comprometida capacidade de compreensão dos que “ainda estão por chegar” aos grupos; politicamente falando, adequam-se também à necessidade de união e relações internas harmônicas num universo multiplamente heterogêneo, *figando* a todos pelo que na verdade é seu ponto comum vital. Tal *timidez de objetivos* opera também (sempre associada às demais Tradições) na evitação dos problemas institucionais convencionais, porque *supersimplifica* suas rotinas e necessidades quanto a recursos materiais, humanos e organizacionais para concretizá-los. Por fim, aquela comunicação profunda, inter-subjetiva, é colocada como *a razão* da existência da entidade em todo o mundo¹². Tudo, na entidade, gira em torno do

¹² No *Manual de Serviços* está escrito que “um serviço em AA é tudo aquilo que nos ajuda a alcançar uma pessoa que sofre — o chamado Décimo Segundo Passo propriamente dito — pelo telefone ou por uma xícara de café, como também pelo Escritório de Serviços Gerais de AA para a ação nacional” (*op. cit.*, p.13).

aperfeiçoamento dessa capacidade comunicativa, e as demais Tradições se encarregam de reduzir os principais riscos de que assim não seja;

- *Não-afiliação* (Sexta Tradição): trata-se de um desdobramento do princípio anterior, pelo qual se determina o tipo de relações inter-institucionais que a entidade adotará como política, e que podem ser definidas como relações de *cooperação com independência*. Ao “jamais sancionar, financiar ou emprestar o nome” a quaisquer instituições e finalidades “alheias”, AA materializa o princípio anterior e *faz jus* à imagem que pretende oferecer aos olhos dos *ainda bêbados* de isenção (política, religiosa, étnica etc) – eliminando pretextos para a racionalização alcoólica (um alcoólico ateu não se aproximará de AA se suspeitar, mesmo equivocadamente, que a entidade é religiosa). Eis alguns exemplos que observei durante a pesquisa de campo: quando vão divulgar o grupo numa missa da paróquia do bairro, os AAs se privam de participar dos ritos da missa, mesmo sendo católicos; poderão manter um grupo funcionando em sala cedida por uma escola, mas não participarão estruturalmente do seu Conselho; como indivíduos, sentem-se livres para tomar parte em quaisquer empreendimentos, mas, nesses casos, manterão anônima sua condição de membros de AA; farão contatos e cooperarão com a administração municipal, independentemente da sua orientação política, mas não manterão relações diretas com nenhum dos partidos. Tal vigilância constante sobre a natureza de suas relações externas os têm mantido livres de “problemas de dinheiro, propriedade e prestígio”;
- *Auto-suficiência financeira* (Sétima Tradição): é o equivalente material dos princípios de não-governo, autonomia e não-afiliação. Tudo o que AA realiza é financiado apenas por seus membros, e aquilo que estes não podem financiar não é realizado, para evitar ingerências externas. Além disso, as contribuições são anônimas e os membros são orientados a contribuir com valores compatíveis com a realidade sócio-econômica de cada grupo, para evitar ingerências internas: a instituição não aceita, por exemplo, herança de membros falecidos e sugere tetos individuais anuais. Os grupos e escritórios praticam assim um “princípio de pobreza coletiva”: não têm sede própria nem patrimônio, operam com o estritamente necessário à realização de seus serviços e, no caso dos grupos, quaisquer obrigações legais são assumidas por um ou dois membros (contratos de aluguel, titularidade de contas bancárias e a pagar etc); finalmente, a “política financeira” ideal é assim formulada: “tão apenas as despesas correntes mais uma reserva prudente” (equivalente a três meses de despesas, para emergências e imprevistos). Tal política de *operar sempre no limite* vivifica as relações internas e externas porque praticamente *obriga* as lideranças a darem o seu melhor na busca de uma administração sóbria, eficiente e democrática, ou seja,

induz a auto-fiscalização ao invés de armar-se com um excesso de normas fiscalizadoras e punitivas, já que permanece implícito que a ineficiência, o esbanjamento ou o autoritarismo poderiam levar à recusa dos membros em contribuir, comprometendo a viabilidade institucional. Além disso, afasta naturalmente lideranças potencialmente “perigosas”, pois, em princípio, ninguém que esteja interessado em locupletação se sentiria atraído pelos “orçamentos” de um grupo de AA, inversamente proporcionais ao volume de trabalho voluntário implicado em sua manipulação (e é dos grupos que tais lideranças sairão mais tarde para “servir na estrutura”, isto é, em suas instâncias mais abrangentes, cujos orçamentos são maiores)¹³;

- *Não-profissionalismo* (Oitava Tradição): trata-se do caráter voluntário e gratuito na realização do “propósito único” da entidade, isto é, na “transmissão da mensagem” aos ainda bêbados, esclarecendo-se que, por outro lado, nada impede que alcoólicos e não-alcoólicos sejam contratados eventualmente por AA para a prestação de serviços *outros*, os quais exijam qualificação profissional específica, assim como nada impede que AAs sejam contratados por outras instituições por conta de sua experiência no campo do alcoolismo – apenas se sugere que, neste caso, mantenham no anonimato sua condição de membros da associação. Ao mesmo tempo em que desdobra o princípio de não-afiliação no plano individual, a Oitava Tradição também lida com as delicadas questões do dinheiro e do prestígio, prevenindo o risco de que alguém *tire proveito* de sua vinculação com AA – nas raras vezes em que isso acontece, a má fé se beneficia do desconhecimento da sociedade sobre o funcionamento de AA
- *Não-organização* (Nona Tradição): complementar aos princípios de não-governo e autonomia, estabelece a ausência de hierarquias no que se refere a *poder de mando*, mas não no que se refere a *serviço*, resultando numa *combinação de sub e auto-regulação*. As instâncias *maiores* de AA não o são por serem mais *poderosas* ou *deliberativas*, mas porque são mais abrangentes geograficamente e *necessárias* em termos operacionais. É aqui que as Tradições formam com os Passos – e com a condição de alcoolismo dos membros – uma totalidade indissolúvel: assim como o membro que não aceita os Passos estará, muitas vezes, “assinando sua própria sentença de morte”, o grupo que não tem “uma boa aceitação” das Tradições poderá “também deteriorar-se e morrer”. Eis a conclusão dos pioneiros:

¹³ Os problemas com tesoureiros são espantosamente raros (mais ainda pelas circunstâncias econômico-culturais do país e pela falência material que caracteriza ex-bêbados) e, no Brasil, segundo os membros mais antigos, pertencem cada vez mais ao passado, “quando os grupos ainda não se pautavam pelas Tradições”.

Nós de AA obedecemos a princípios espirituais, primeiramente porque é preciso e em segundo lugar porque acabamos gostando do tipo de vida que tal obediência acarreta. Grande sofrimento e grande amor são os disciplinadores de AA; não precisamos de quaisquer outros (*Os Doze Passos...*, p. 158)

- *Não-controvérsia pública* (Décima Tradição): desdobra e assegura os princípios de *unidade e propósito único*. Uma vez mais, os indivíduos são livres para posicionarem-se publicamente em relação a quaisquer temas e questões, mas, nesses momentos e espaços, sugere-se que omitam sua condição de AAs. Pelo contrário, quando e aonde estiverem a serviço da entidade, deverão abster-se de qualquer posicionamento ou opinião, independentemente das reações que sua omissão possa gerar.
- *Atração ao invés de promoção* (Décima Primeira Tradição): estabelece uma política de relações públicas segundo a qual toda publicidade deve recair sobre a entidade e sua atuação (e não sobre a identidade de seus membros), e, de preferência, ficar por conta de terceiros – os assim chamados “amigos de AA” no campo da comunicação, ciência, educação e outros. A entidade toma iniciativas de cooperação junto à comunidade e à sociedade e, nesse sentido, divulga a si mesma *numa base de atração*: o impacto pelas histórias de vida dos membros, a ausência de pedidos de ajuda financeira, a divulgação dos serviços (voluntários) mas não das identidades, resultam em credibilidade e aceitação junto ao público. A ausência de publicidade padronizada acrescenta exigências à recuperação individual e coletiva (dos grupos), pois se enfatiza que a imagem de AA numa dada comunidade corresponderá à imagem daqueles que, ali, querendo ou não, “representam” Alcoólicos Anônimos;
- *Anonimato* (Décima Primeira e Décima Segunda Tradições): dizem os AAs que este é seu “alicerce espiritual”, o fundamento da superação do egocentrismo pre-existente ou agravado pelo alcoolismo (embora não de um desejável tipo de egoísmo). As implicações práticas e subjetivas desse princípio são muitas. Cada membro é orientado para: a) manter “cem por cento” de anonimato individual em qualquer mídia; b) desenvolver autonomia para decidir em que circunstâncias e com que critérios fará “discretas revelações” (a familiares, colegas de trabalho etc) ou abrirá mão do anonimato em situações semi-públicas, como palestras (nesse caso, os ouvintes são solicitados a respeitar o anonimato do palestrante, abstendo-se de identificá-lo pelo nome completo e/ou por imagem); c) respeitar o direito ao anonimato de seus “companheiros” (cada qual é livre perante o anonimato *próprio*, mas não o alheio), abstendo-se de revelar a identidade e a história de quaisquer outros membros; d) cultivar o anonimato como *elemento de humildade*, dentro e fora de AA, evitando *alardear* sobre o serviço que presta, as contribuições que

faz, os pormenores de sua condição profissional, financeira, política ou quaisquer outras formas de distinção pessoal.

Diversos títulos da bibliografia oficial de AA, incluindo livros, livretes, folhetos e vídeos, além dos estatutos e regimentos de seus escritórios regionais e nacionais, dedicam-se a transformar em organização, rotinas e procedimentos as generalidades “sugeridas” pelas *Doze Tradições*. A maior parte dos muitos eventos regionais e nacionais periódicos da entidade têm a mesma finalidade.

Mais de vinte anos após a aprovação e adoção das *Tradições*, quando Alcoólicos Anônimos já tinha uma realidade internacional consolidada, foi escrito um último conjunto de princípios, aliando os aprendizados daqueles anos de prática de relações internacionais a idéias extraídas das teorias de organizações comerciais então em voga – quer incorporando, quer rejeitando certas características organizativas do mundo empresarial. A vivência de um dos co-fundadores no mundo dos negócios, a origem empresarial de muitos dos membros pioneiros e “amigos não-alcoólicos” que apoiaram e influenciaram a entidade em seus primórdios nos Estados Unidos, constituíram as fontes de inspiração dos Doze Conceitos para Serviços Mundiais de AA.

Trata-se de um texto mais denso e técnico, que traduz o espírito das Tradições para as instâncias e relações mais abrangentes da entidade: define responsabilidades, competências, critérios, direitos e limites das lideranças e instâncias nacionais e internacionais. Os Conceitos detalham as atribuições da Conferência Nacional, da Junta de Custódios, dos Diretores e funcionários do escritório nacional; propõem e definem três direitos básicos – os quais também encontram aplicação prática nos grupos, distritos e escritórios regionais: Direito de Decisão, de Participação e de Apelação (este como um recurso para eventuais minorias ou indivíduos que se sintam prejudicados por decisões tomadas); descrevem as *características subjetivas desejáveis* para as lideranças e propõem *métodos cuidadosos* para sua escolha; e definem princípios de *equivalência entre autoridade e responsabilidade*, além de *rodízio* na realização dos serviços.

Afirma-se que tais Conceitos oferecem seis “garantias” da aplicação do “espírito das Tradições” às macro-relações de AA: que a Conferência (nacional) “nunca se torne sede de riqueza ou poder perigosos”; que “suficientes fundos para as operações, mais uma ampla reserva, sejam o seu prudente princípio financeiro”; que “nenhum dos membros da Conferência seja colocado em posição de autoridade absoluta sobre qualquer um dos outros”; que “todas as decisões importantes sejam tomadas através de discussão, votação e, sempre que possível, por substancial unanimidade” (SIC); que “nenhuma ação da Conferência seja jamais pessoalmente punitiva ou uma incitação à controvérsia pública”; e que, “embora a Conferência preste serviço a Alcoólicos Anônimos, ela nunca desempenhe qualquer ato de governo e que, da mesma

forma que a Sociedade de Alcoólicos Anônimos a que serve, a Conferência permanente democrática em pensamento e ação”.

Grupos de AA organizados a partir desse conjunto de princípios acabam ganhando um desenho paradoxal, uma vez que se configuram a um só tempo como coletividades absolutamente informais e autônomas entre si, mas minuciosamente organizadas e articuladas umas às outras, tanto mais sub-reguladas quanto mais auto-regulados vão se tornando seus participantes. Nos grupos melhor estruturados, cria-se um modo de convivência dinâmico e conflitivo, marcado pela variedade de atividades e responsabilidades, cujas rotinas aparentes não diferem das de qualquer organização humana, mas ganham papéis e significados singulares por estarem indissociavelmente ligadas ao contexto de auto-resgate individual, de transformação do modo de vida dos membros. Pois o mesmo efeito-espelho que acontece na abordagem inter-individual e nas reuniões regulares ganha concretude e conflitividade quando se trata de *agir coletivamente*: cada qual pode notar facilmente limites e potencialidades alheios, expostos no fervilhante cotidiano coletivo, e isso ajuda poderosamente a auto-observação naqueles tempos e espaços projetados para tal finalidade. As confrontações entre “teoria e prática” são constantes, de todos os tipos e intensidades, repercutindo em aspectos diferentes para diferentes indivíduos e impulsionando o desenvolvimento de sua(s) subjetividade(s) – compreendida(s) aqui como conjunto(s) de sensibilidades e capacidades humanas¹⁴. Dentre estas, convém assinalar a tolerância, pré-requisito para se conviver com diferenças culturais.

Uma outra faceta da aventura dos ex-bêbados que tem relação direta com sua capacidade de acolher e trabalhar a diversidade cultural refere-se à *qualidade* do seu processo de *formalização*¹⁵ (para além das características institucionais vistas até aqui e que resultaram desse processo). Desse ponto de vista, é interessante notar que:

- cada um dos problemas com os quais AA teve de se defrontar para sobreviver enquanto instituição constituiu-se como uma *polarização dicotômica* composta por um par de soluções simetricamente excludentes e quase sempre redutíveis à

¹⁴ Para aprofundamento do conceito de subjetividade, ver Ganev (2002).

¹⁵ Noção proposta por Boaventura de Souza Santos (1991), que faz uma instigante análise dos padrões de organização social orientados pela racionalidade cartesiana ainda contemporânea. Caracteriza-os como construções dicotômicas cujos opostos, em última instância, podem ser sempre vistos como *formalismo absoluto* e *informalismo absoluto*, de modo que os atores sociais oscilam, com movimentos pendulares, entre um e outro desses extremos. Para o autor, tal sistema estaria entrando em colapso. Um estudo mais demorado sobre essas reflexões pode ser encontrado nos anexos da tese da autora (Ganev 2002).

- oposição *formalismo absoluto versus informalismo absoluto* (por exemplo: buscar muito dinheiro ou recusar-se a lidar com ele; estabelecer regulações internas minuciosas e rígidas ou a anarquia pura e simples; lançar mão de publicidade convencional ou manter-se em clandestinidade);
- os grupos nascidos durante os primeiros dez anos de existência de AA (nos Estados Unidos e, depois, em outros países) movimentaram-se cotidianamente como *pêndulos*, indo de um a outro extremo no modo de fazer frente a seus dilemas organizativos, praticando todo tipo de alternativas práticas, desde as mais radicais até as mais comedidas, até que a Tradição correspondente fosse fixada;
 - cada resposta finalmente “sugerida” pelas Tradições e Conceitos constituiu-se como *solução de composição* que possibilita a *neutralização* sempre *provisória* dos pólos dicotômicos por meio de um *frágil equilíbrio*, passível de ser rompido pela força sempre-viva de qualquer um dos pólos. Trata-se, portanto, de um equilíbrio *carente de mediação complexa* porque precisa *construir-se* e *permanecer* significativo e minucioso, mas só pode ser mantido por sujeitos até então marcados pela desagregação, superficialidade e inconstância.

Em outras palavras, para sobreviver como instituição, AA precisou render-se ao elemento caótico do seu próprio processo de formação e inventar, para si mesma, contornos que permitissem a tal elemento não-linear emergir sempre e livremente, a fim de que pudesse ser auto-regulado (pelos indivíduos, pelos grupos e pelas demais instâncias da associação).

Entendo que esse processo, a um só tempo de expansão e estruturação, configurou-se como uma *apropriação leiga e coletiva do método científico*, porque consistiu numa *longa experimentação coletiva comparada, sempre resolvida a partir de um critério pragmático* – adotar o que *funciona*, descartar o que não funciona (do ponto de vista da preservação da comunicação inter-subjetiva) – e de uma também paradoxal *relativização das regulações*, todas elas formuladas como meras “sugestões”, dependentes das (humanas) decisões de cada grupo.

Configurou-se ainda como um processo *comunicacional*: até a formulação final das Tradições, um dos co-fundadores escreveu artigos contendo esboços e proposições provisórias, os quais eram publicados na *Grapevine* – que já circulava como revista norte-americana (posteriormente internacional) de AA. Tal divulgação preliminar conferiu *interatividade* à formulação das *Tradições*, uma vez que os grupos de então reagiram, discutiram, se rebelaram ou incorporaram as propostas ainda em exame, reorientando ou corroborando sua formulação final¹⁶.

Juntas, essas dimensões de *experimentação coletiva* e de *interatividade comunicativa* parecem ter sido co-responsáveis pela natureza compósita e plástica das *Tradições*

e dos *Conceitos*, que então puderam ser apropriados “já-prontos” por ex-bêbados das mais diversas culturas.

Aqui, há dois pontos a destacar, ambos pertencentes àquele tipo de evidências que não se mostram facilmente e ambos com fortes implicações sobre a *modelagem local* de AA, portanto, sobre suas potencialidades e limites no que se refere a lidar de modo humanizado com a diversidade cultural de seus membros. Primeiro, o processo de sua chegada e recriação em *outros* tempos e espaços difere necessariamente do de sua “invenção” coletiva original num aspecto essencial no contexto da presente reflexão: as soluções institucionais fundamentais *já estão dadas*, por muito humanizadas que sejam, aqueles que ora as empregam *não precisaram desentranhá-las da própria experiência*, vale dizer, de suas especificidades em última instância culturais. Além disso, tais especificidades (que provavelmente produziram resultados *outros* se tratasse de reinventar a entidade em cada lugar) modificam mais ou menos acentuadamente os elementos *já-dados* de AA, ao levá-los à prática.

A fim de discutir com mais detalhe esse ponto, será interessante recorrer a alguns dados do trabalho de campo, o que será feito a seguir.

AA à brasileira e à uruguaia

Começaremos observando o modo como Alcoólicos Anônimos chegou e se implantou no Brasil e no Uruguai, porém, o enfoque histórico é tomado aqui apenas como ponto de apoio e por isso não será aprofundado. Dentre apontamentos e informações recolhidos na pesquisa bibliográfica e no trabalho de campo, apresento a seguir aqueles que considerei significativos nesse sentido:

¹⁶ Experimentação e interatividade marcaram também a elaboração do livro *Alcoólicos Anônimos* entre 1939 e 1941 (o primeiro do movimento de ex-bêbados) no sentido de proporcionar uma leitura “clara e precisa” mesmo em culturas muito diferentes e regiões longínquas, nas quais “Levaria muito tempo para que os leitores (...) pudessem ser contatados pessoalmente”. A linguagem mereceu atenção especial. Após meses de incessante revisão crítica coletiva nos dois grupos então existentes (em Nova Iorque e em Akron), quatrocentas cópias foram mimeografadas e enviadas a lideranças de distintas religiões e campos do conhecimento, incorporando críticas e sugestões ao texto final. Em parte por conta dessa *comunicação-para-a-inclusão*, a democracia existente em AA *se projeta externamente como perspectiva de inclusão potencial da diversidade*. O livro demorou 35 anos para atingir a marca do primeiro milhão de exemplares vendidos, mas a distribuição em língua inglesa alcança hoje um milhão de exemplares/ano, o texto já foi editado em 40 idiomas e é distribuído em cerca de 140 países.

Brasil: primeiros contatos

Em 1946, um norte-americano vem passar três anos no Brasil por motivos profissionais. Após intensa troca de correspondência com AAEUA, forma-se um pequeno grupo no Rio de Janeiro, com reuniões em língua inglesa, nas casas de seus membros. Em 1949, já com brasileiros (apelidados de “os doze desidratados”), há reuniões semanais numa sala da ACM do Rio de Janeiro. Em 1956 havia 13 grupos registrados no catálogo mundial de AA e, no início dos anos 60, “aproximadamente vinte grupos espalhados por vários estados”. Em São Paulo o primeiro grupo surgiu em 1965.

Uruguai: primeiros contatos

No começo dos anos 40, o psiquiatra uruguaio Chans Caviglia vai aos Estados Unidos e conhece Bill W. Na volta, inicia um grupo em Montevideo, mesclando técnicas de terapia de grupo e princípios de AA. Nos anos 60, alcoólicos que já conheciam AA criam a ADEA (Amigos Del Enfermo Alcohólico), que também ajuda a divulgar as idéias de AA. Em 1974, alcoólicos oriundos dessas iniciativas começam a reunir-se como um grupo de AA. No mesmo ano, forma-se outro grupo em Punta Del Leste, a partir do *apadrinhamento* de AAs argentinos em férias na região. Nos anos seguintes, surgem grupos em vários Departamentos.

PRIMEIRAS AÇÕES ORGANIZATIVAS:	BRASIL	URUGUAI
Primeiros grupos no país	1956	1974
Primeiro acesso ao Livro Azul:	1971	1971
Primeira edição local do <i>Manual de Serviços</i> .	1987	1983
Primeira Conferência:	1977	1982
Primeira Junta de Custódios:	1984	1978
Primeiro escritório:	1970	1979
Revista <i>Vivência e Triângulo</i>	1985	1985
<i>Home page</i> .	1999	1996

(Ganev 2002)

Para começar, será interessante notar que, ao contrário do que aconteceu no Uruguai, onde o surgimento dos grupos e das estruturas locais e nacional pode ancorar-se na bibliografia básica da associação já editada (nos Estados Unidos) em espanhol (vale dizer, no conhecimento da trajetória dos ex-bêbados norte-americanos e

das soluções que encontraram e propuseram), no Brasil os títulos em língua portuguesa só começaram a ser editados quando já havia uma quantidade significativa de grupos e, inclusive, uma incipiente estruturação inter-regional (“aprovada em cartório” desde o início dos anos 50). Ou seja, os primeiros membros brasileiros basearam sua construção coletiva nas noções pessoais de AAs norte-americanos aqui radicados ou de passagem, e em fragmentos de traduções não-oficiais.

Cabe acrescentar a bibliografia de AA foi ampla e longamente ignorada e/ou rejeitada pelos *pioneiros* brasileiros (os motivos foram vários e conjugados: o analfabetismo, a aversão à leitura, a ideologia do anti-(norte)americanismo em alta nos anos 60 a 80 e, certamente, o estranhamento frente a princípios oriundos de uma cultura multiplamente *diferente*).

Nota-se ainda que no Uruguai houve uma relativa simultaneidade entre os eventos organizativos marcantes da estruturação nacional (conferência, eleição da Junta de custódios e estabelecimento de escritório com divulgação pública) e a primeira sistematização dessa estrutura sob a forma do “Manual de Serviço” – que pode ser tomado como representação da compreensão coletiva local em torno dos princípios elaborados pelos AAs norte-americanos nos anos 30 e 40, e ainda, como “tradução”/ adaptação de tais princípios às realidades locais – enquanto que no Brasil a primeira edição do “Manual” foi bastante posterior àqueles eventos, tendo incorporado aspectos organizativos locais inexistentes na proposta original.

Finalmente, cabe salientar que, no Uruguai, a duradoura iniciativa do psiquiatra Chans Caviglia parece ter resultado, no que se refere à prática dos *pioneiros* de AA naquele país, numa interpenetração profunda entre a proposta da associação e as práticas clínicas então adotadas por esse profissional.

Tal conjunto de circunstâncias iniciais certamente concorreu para definir diferenças na estruturação e no *perfil* de AA em ambos os países, as quais não serão pontuadas nem discutidas aqui, pois dizem respeito ao cotidiano dos grupos e exigiriam um trabalho muito extenso de contextualização, o que foge aos objetivos e limites desse artigo. Pretendo apenas apresentar alguns elementos mais genéricos relativos às relações entre a cultura de AA e as culturas locais, tal como foram apreendidas por ocasião da pesquisa, tendo como pano de fundo a questão da integração latinoamericana, circunscrita ao microcosmo da aventura coletiva dos AAs.

Etno-relatividade

Uma primeira característica a destacar (e que diz respeito a Alcoólicos Anônimos como um todo), refere-se à diversidade humana presente em qualquer grupo de AA, que confronta seus membros, de forma direta e imediata, com o problema da *dife-*

rença cultural (econômica, política, ideológica, religiosa, étnica, etária, educacional, sexual, física, educacional etc) e opera na direção de um significativo *ataque ao etnocentrismo em geral e às incontáveis micro-formas de preconceito e estereotípi*a.

O contato com jeitos diferentes de viver, com indivíduos que professam valores, crenças e pertencimentos diferentes, propicia um processo de *tomada de consciência* (não apenas racional, mas afetivo) de que os preconceitos são produtos de um aprendizado remoto de construções coletivas (regionais, religiosas, políticas e também temporais). Tal conscientização permite aos AAs *relativizar* seus próprios valores, visões e vivências, ou seja, desconstruir o caráter hierárquico e ameaçador das diferenças, substituindo-o por uma valorização destas últimas, que passam a ser encaradas como *alternativas*, como *riqueza humana*.

A atitude etnocêntrica (Ver: Rocha 1994) não resiste à dinâmica das reuniões de grupo, na qual *o diferente tem voz e identidade* e, por isso, sua presença permite o “aprender a ouvir”, isto é, *acompanhar e compreender o movimento do outro, nos termos do outro* – a título de exemplo, vale lembrar que o ambiente de comunhão profunda de uma das reuniões que acompanhei no Uruguai, à qual estavam presentes um professor zen-budista, vários trabalhadores portuários, uma dona-de-casa, um morador de rua e um jovem que estava lá pela primeira vez, além de outros membros, é lugar comum mesmo nos grupos menos estruturados de qualquer país.

Dessa forma, o etnocentrismo que, em maior ou menor grau, ainda marca o imaginário e as práticas sociais praticamente em todo o mundo, não encontra espaço nos grupos de AA, onde a convivência com tantas e tamanhas diferenças faz aflorar um senso de *etno-relatividade* (não no sentido estrito de *etnia*, mas no da diferença cultural em geral).

“Dentro” e “fora” de AA

Há quem acredite, por outro lado, que Alcoólicos Anônimos gera uma outra forma de exclusão, por delimitar muito rigidamente suas próprias fronteiras, cabendo então entrar no mérito desse questionamento, até porque tal delimitação acontece de fato com muita força nos grupos e aparece com espontaneidade na própria linguagem cotidiana: os *não-AAs* são chamados de “paisanos”, “os outros”, “quem não é do ramo”, enquanto qualquer *exterioridade* é evocada como “lá fora”, “o mundão lá fora”, o “dessa porta para fora” e assim por diante.

Dentro do que foi possível apreender durante a pesquisa, o modo como os AAs *significam* e *vivenciam* essas fronteiras não aponta na direção do sectarismo e da intolerância. Sinaliza antes uma profunda *valorização* desse seu pertencimento específico, frente à riqueza de apropriações eventualmente dadas através dele.

É o que indicam as respostas dadas a duas perguntas do questionário utilizado no estudo, e que trago como ilustração: metade dos AAs brasileiros e 80% dos uruguaios que o responderam afirmam *comunicar-se melhor “dentro” de AA*, em comparação com as pessoas “de fora”. Quando lhes pedi para darem seus *motivos*, obtive como retorno as respostas a seguir (que eu mesma anotei, tomando o cuidado de manter as falas e usos da língua dos participantes):

No Brasil

A linguagem que nós temos, no AA há facilidade. As pessoas fora não aceitam a nossa língua.

Porque há mais intimidade, formamos uma segunda família, podemos falar sobre estar sóbrio.

Mais facilidade, as pessoas de AA me entendem, não criticam e procuram ajudar, pessoas de fora levam prum lado diferente.

Tô expondo a minha língua, me sinto mais à vontade. Porque ainda incorro num erro.

É mais fácil com quem realmente observa os Doze Passos, as idéias coadunam mais porque tem condição de entender profundamente.

Porque AA entende a língua da gente.

Sinto aproximação mais rápida entre eu e os companheiros do que fora, apesar disso não me impedir. A diferença é criada pelo outro lado, porque poucos entendem esse meu lado.

Pela troca de experiências e o aprendizado. Porque são pessoas mais compreensivas, a maioria, que a gente confia.

Pela amizade, muitas vezes a gente nunca se conheceu mas parece amigo há 20 anos! Outro povo não fala a minha língua.

Pelo carinho que recebo dos companheiros e companheiras. Viajo bastante para me comunicar com todos os estados. Porque não posso chegar e me comunicar com quem está bebendo.

Porque sou bem servido, convivo mais, quando tô em situação difícil procuro os companheiros. Os outros vão dizer: “toma uma que passa...”

Pela simplicidade de falar, porque tivemos a mesma doença, ele sente a mesma coisa, do jeito que eu falar ele vai aceitar numa boa.

Porque os AAs sabem entender a gente melhor do que as outras pessoas.

No Uruguai

Há maior profundidade e sinceridade, e mais assuntos.

Nos conhecemos num dia e já nesse dia é como se nos conhecêssemos toda a vida.

A paz. Com os companheiros me entendo melhor do que com a gente de fora. Mais alegria e mais respeito com os não-alcoólicos.

Posso expressar-me melhor e ser melhor compreendido por um AA do que por outras pessoas, sem dissimulações.

Pessoas não-alcoólicas não acreditam que falamos a verdade, na vida social não nos abrimos com facilidade.

Aqui temos um idioma muito nosso, lá fora os relacionamentos e a maneira de pensar são diferentes.

Com AAs tenho assunto, com os demais falo só o necessário, não tenho assunto, não há interesse.

Sinto maior proximidade, “já nos conhecemos toda a vida”.

O amor a um alcoólico, temos sentimentos distintos.

Mais sinceridade e confiança (fora há desconfiança).

Sou mais sincera, mais ouvida e confio mais nos AAs.

O que temos em comum chama muito mais a minha atenção: a doença, assuntos profissionais, estresse etc.

Uma expressão foi muito usada: fala-se “dentro” da associação uma *mesma língua* ou *linguagem*, que não é empregada “fora”. A natureza dessa “linguagem do coração” (tal como os AAs a chamam) é dada por aquela comunicação intersubjetiva de que já falamos, que permite verdadeira comunhão dos sujeitos. Resta acrescentar que a prática da narrativa das histórias pessoais cria nos grupos um jargão específico, um conjunto de gírias e expressões com significados só acessíveis para seus membros, além de um repertório comum de histórias, metáforas, piadas que cotidianamente são usadas como referência e constantemente modificadas, atualizadas e ressignificadas (tal como acontece em outras instituições).

Além disso, o verdadeiro *treinamento informal* dado pela participação *a longo prazo* nos grupos permite desenvolver aptidões para melhor compreender e intervir/ transformar o mundo¹⁷ – o que pode representar, paradoxalmente, um fator dificultador da comunicação *fora* de AA, caso tais condições sejam muito diferentes da média do repertório social contemporâneo – em particular no contexto latinoamericano: “os de fora não entendem” porque “a maneira de pensar é diferente”.

¹⁷ Algumas dessas aptidões são explicitadas e analisadas na tese da autora (Ganev 2002).

De todo modo, tais diferenças não resultam numa desqualificação ou culpabilização *a priori* dos não-alcoólicos. Pelo contrário, as falas limitam-se a *descrevê-las* chegam a (auto)criticar a delimitação *dentro/fora*: “ainda incorro num erro” e “apesar disso não me impedir” (não impedir sua comunicação com não-alcoólicos). São indícios de que tal delimitação não é vista como vantagem em si, mas como necessidade, de preferência passageira.

No mais, as falas apontam uma *lacuna nas possibilidades de uma comunicação profunda e aberta* com os “de fora”, dada pela diferença de vivências e pelo desconhecimento ainda generalizado da dimensão patológica e endêmica do alcoolismo, associado a um traço cultural pelo qual o beber e até a figura do bêbado são socialmente valorizados¹⁸.

Contrapontos culturais

Uma segunda característica a comentar refere-se a certos contrapontos que, no contexto latinoamericano e na perspectiva de uma integração regional voltada à emancipação humana, a *proposta de AA* oferece à consciência de seus membros, nas marcas que inevitavelmente preservou enquanto *proposta de um movimento nascido nos anos 30 do século passado, nos Estados Unidos, entre homens brancos, de classe média e majoritariamente protestantes*.

¹⁸ Beber socialmente não representa, realmente, nenhum problema para 85 a 90% da população de qualquer lugar, segundo a estimativa da OMS. Todavia, para os 10 a 15% restantes é uma prática potencialmente letal. Nesse contexto é que AA passa a ser “segunda família” ou *porto seguro* (“os outros vão dizer: ‘toma uma que passa’”). A convivência social pode ser percebida como risco inevitável – um risco calculado e *normalmente assimilado* pelos que já se sentem mais fortalecidos em sua recuperação, como talvez seja o caso dos membros que se comunicam igualmente bem entre si e com pessoas não-alcoólicas (48% dos brasileiros e 19% dos uruguaios que responderam o questionário). Mas um risco ainda temido pelos mais novatos, e que os leva, eventualmente, a se tornarem temporariamente seletivos e criteriosos na (re)construção de seus laços sociais: é comum ouvir relatos de membros que *evitam* participar de eventos sabidamente étlicos, como uma renúncia/escolha consciente e determinada pela percepção de um limite pessoal. Outros passam por uma sutil transformação em relação a valores e gostos, não sentindo mais prazer em ambientes excessivamente *regados a álcool* (sóbrios, passam a observar a qualidade das relações que aí se estabelecem; comumente notam, ainda que não o queiram, a *performance* de quem está mais alcoolizado, e o *efeito espelho* – “esse aí sou eu ontem” – não é lá muito agradável) e passam a cultivar uma genuína preferência por outras atividades e formas de convivência consideradas mais prazerosas, saudáveis e, por que não, *também* mais seguras: receber amigos em casa, praticar esportes, viajar ou simplesmente conversar. Essa diversidade interna de visões e estratégias permite entender porque, embora a associação mantenha uma postura de neutralidade frente às políticas públicas, publicidade e hábitos socialmente instituídos relativos ao beber, encontre-mos membros que se declaram *anti-alcoólicos* (especialmente entre os mais novos).

Em outras palavras, a pesquisa focalizou a reapropriação que uma parcela dos bêbados brasileiros e uruguaios fez e faz, desse movimento cultural nascido em outras terras e em meio a outros valores, crenças e práticas sociais, e importa dizer que *tal reapropriação eventualmente redunde em auto-consciência cultural*, em capacidade de olhar criticamente os *próprios* valores, saberes e práticas – políticos, ideológicos, religiosos, étnicos e tantos outros, herdados de tempos remotos. Mais que isso, resulta eventualmente num processo de auto-lapidação cultural, feito de escolhas mais conscientes dentro de limites muitas vezes também conscientes, e que portanto podem ser deslocados em alguma medida.

Passarei a especular em torno de alguns aspectos, e muitas possibilidades de *leitura* se abrem ante uma tal especulação. Os limites da pesquisa levaram-me à escolha de três obras clássicas de referência para a construção do comentário: *As Veias Abertas da América Latina*, *Raízes do Brasil* e *O Povo Brasileiro*.

Sérgio Buarque de Holanda (2000) aponta heranças da tradição ibérica que permaneceram vivas e fortes entre nós, brasileiros. Limito-me a citar o forte culto à personalidade, a fraca solidariedade, fraca organização social, e um forte dualismo mando/obediência materializado historicamente em ditaduras e coronelismos. Além disso, o autor descreve uma *ética de aventureiro* que almeja fins “fáceis” e a qualquer custo, marcada pelo descompromisso e por atitudes predatórias para com o entorno. Finalmente, afirma que “Um amor pronunciado pelas formas fixas e pelas leis genéricas, que circunscrevem a realidade complexa e difícil dentro do âmbito dos nossos desejos, é dos aspectos mais constantes e significativos do caráter brasileiro”. Assim, “Tudo quanto dispense qualquer trabalho mental aturado e fatigante, as idéias claras, lúcidas, definitivas, que favorecem uma espécie de atonia da inteligência, parecem-nos constituir a verdadeira essência da sabedoria” (*op.cit.*: 158).

Direi que a cultura de AA parece *sintonizar* profundamente, tanto com nossa resistência à organização – já que se oferece como uma composição de *sub* e *auto*-regulação –, quanto com o apego às *formas fixas e genéricas*, por apoiar-se em formulações imutáveis (Passos, Tradições e Conceitos). Por outro lado, provoca e confronta os *ex-bêbados brasileiros* com outros traços mencionados por Holanda, por exemplo, ao valorizar o anonimato (“os princípios acima das personalidades”), o não-governo, a democracia, autonomia, uma ética de responsabilidade social, disciplina e trabalho, forte solidariedade e (contraditoriamente) a busca de complexidade: auto-conhecimento, identidade & alteridade, minúcia, tolerância, auto-suficiência financeira & não-acumulação material, honestidade.

Nas reuniões de grupo, aqui e ali ouve-se referências *críticas* a supostas marcas de *identidade nacional*¹⁹, indicando a emergência de uma consciência cultural que pode

ir além do senso comum porque permite, a sujeitos *equipados* com elementos da cultura de AA, uma movimentação mais autônoma através da própria cultura, isto é, algum grau de libertação da força condicionante que tais fatores exercem quando permanecem impercebidos, e que é fundamental na construção da tolerância e da democracia necessárias à vida social numa perspectiva de emancipação do homem.

Darcy Ribeiro (1995) recupera heranças ainda mais ancestrais e amplas, dos nossos índios e negros, e por isso propõe um olhar mais minucioso e mais otimista sobre o passado e as atualidades do nosso ser enquanto povo, que conflui para a mesma perspectiva emancipatória alimentada por tantas fontes, dentre as quais a *micro-fonte* de Alcoólicos Anônimos. Nas páginas finais do livro que sintetiza as compreensões de toda sua vida, o antropólogo situa os brasileiros como um “povo em ser”, que finalmente superou a *ninguendade* imposta nos primeiros séculos da colonização para tornar-se “mestiço na carne e no espírito, já que aqui a mestiçagem jamais foi crime ou pecado”. Para Ribeiro, o desafio desse “povo novo, em fazimento” é “reinventar o humano, criando um novo gênero de gentes, diferentes de quantas haja” – ele fala dos brasileiros como uma civilização

mestiça e tropical, orgulhosa de si mesma. Mais alegre, porque mais sofrida. Melhor, porque incorpora em si mais humanidades. Mais generosa, porque aberta à convivência com todas as raças e todas as culturas... (*op.cit.*: 447-9)

A pluralidade humana de AA (não só nos países aqui em foco) decerto comunga profundamente com tal característica macro-social dos brasileiros, uma potencializando a outra nas comunidades aonde funcionam grupos da associação.

Por outro lado, quando Ribeiro categoriza os uruguaios como “povo transplantado” (um bloco “que representa nas Américas tão-só a reprodução de humanidades e de paisagens européias”, no qual o autor inclui ainda Argentina, EUA, Canadá, África do Sul branca e Austrália), “invadido por uma onda gringa que lançou 4 milhões de europeus sobre um mero milhão que havia devassado o país e feito a independência, soterrando a velha formação hispano-índia”, não faz mais que atualizar, mais de vinte anos depois, os relatos de Eduardo Galeano (1979) acerca do massacre dos charruas, da desastrosa campanha daquele país na Guerra do Paraguai, e da ditadura militar esmagando *também lá* as últimas resistências nacionalistas.

¹⁹ Faço aqui algumas citações de memória: “não quero mais levar vantagem em tudo”; “chega de aplicar 171”; “hoje fiz uma coisa boa que não preciso contar porque basta eu saber que fiz e me sentir bem com isso”; “somos servidores e não senadores”.

São imagens que, mesmo à distância e indiretamente, sintonizam com certas diferenças entre os AAs brasileiros e uruguaios apreendidas no presente estudo. Em suas respostas ao questionário, os primeiros afirmaram-se relativamente mais expansivos e afetivos *mesmo durante a ativa etílica*, enquanto os segundos permanecem comparativamente menos comunicativos, mais *frios* e agressivos *mesmo na atual fase de sua recuperação*²⁰. Para além de qualquer fator interno a Alcoólicos Anônimos, tal *retraimento* dos AAs uruguaios pode bem estar relacionado a sobrevivências do seu terrível embate macro-histórico. Nesse caso, a cultura de AA estaria antes contribuindo para mitigar o peso dessa *carga* ancestral, ao oferecer, ainda que tardiamente e apenas para essa restrita comunidade, práticas de inclusão cultural e vivências de relações de alteridade fundadas no respeito e na tolerância²¹.

Integração latinoamericana

O olhar de Galeano sobre a América Latina permanece como denúncia sempiterna do aborto das potencialidades de uma integração *soberana entre os povos* do continente, em função dos trágicos movimentos de *isolamento* aqui impostos após séculos de dominação econômica, política e ideológica: “...*este conjunto de ilhas que é a América Latina*, desgarrada por tantas fronteiras e tantas incomunicações. Qual integração podem realizar, entre si, países que nem sequer se integraram internamente?”.

Pergunta ainda mais pertinente neste século XXI, de globalização neoliberal mantendo os protecionismos de sempre e *impondo* vínculos que antes ampliam as distâncias entre povos muitas vezes vizinhos²². Todavia, o mesmo autor dirá que, “na história dos homens, cada ato de destruição encontra sua resposta – cedo ou tarde – num ato de criação” (*op.cit.*: p. 307).

Ora, no plano das *micro-iniciativas coletivas* que homens e mulheres do continente empreendem no seu cotidiano, na perspectiva sempre-viva da integração sonhada por

²⁰ Durante a ativa etílica, 44% dos brasileiros e 75% dos uruguaios que responderam ao questionário, “ficavam mais agressivos quando alcoolizados”; 68% dos brasileiros e 87% dos uruguaios eram “mais frios, distantes, impessoais”; 32% dos brasileiros, mas apenas 12% dos uruguaios eram “afetivos por palavras e gestos”. E, durante a recuperação, 4% dos brasileiros, mas 31% dos uruguaios afirmaram-se “ainda pouco comunicativos”; 8% dos brasileiros, mas 37% dos uruguaios “ainda evitam o toque físico”, a afetividade por gestos; confirmando esse último item, 92% dos brasileiros, mas apenas 62% dos uruguaios usam “normalmente” o toque físico em seus relacionamentos e contatos.

²¹ O leitor que conheça mais extensa e profundamente os modos de ser do povo uruaio poderá levantar outros aspectos nessa discussão.

²² Vide o modo como a crise “argentina” comprometeu as bases do Mercosul (desde sempre frágeis em função de políticas definidas *fora* do seu âmbito, por outros atores, no cenário mundial).

Galeano e por tantos outros – soberana porque de povos e não de capitais²³ –, podemos inferir, pelo que vimos até aqui, que a proposta, a cultura e as práticas de Alcoólicos Anônimos incorporam tanto a noção de *relações internacionais* como de *integração na perspectiva de humanização dos sentidos do homem*. Não a integração geral dos povos, mas a singela integração da pequena parcela de ex-bêbados de todo o mundo *os quais escolheram tal vínculo de pertença*. O mesmo acontece com a noção de *integração regional* – não especificamente, mas *também*, latinoamericana.

E é interessante acrescentar que, dentre os vários fóruns internacionais de AA, existe a REDELA (Reunión de Las Americas), que a cada 2 anos reúne representantes de países dos três continentes, independentemente da existência e qualidade de *outras* relações internacionais entre tais países, no passado e no presente (econômicas, políticas, ideológicas, religiosas).

Nessas reuniões, a troca de experiências baseia-se em especial nas dificuldades de estruturação da entidade nos vários países: organização, finanças, relações internas e externas etc. E são definidas iniciativas de “apadrinhamento de países”, isto é, determinado escritório nacional empreende ações para apoiar a organização da entidade em países próximos. Por exemplo (segundo alguns relatórios recentes sobre a REDELA disponíveis aos membros brasileiros), AA da Colômbia (que dispõe de um *Comitê de Apadrinhamento a Outros Países*) tem auxiliado na organização da associação na Venezuela, Bolívia, Chile, Panamá e Peru, enquanto os mexicanos têm estreitado contatos em Cuba, provendo literatura e disponibilizando sua experiência, e os brasileiros não têm se dedicado a esse tipo de serviço (no que nos fazem lembrar do *corporativismo* que compõe aquilo que chamamos, com as restrições de praxe, de *cultura nacional*, além do conhecido *isolacionismo* que caracteriza historicamente as relações do Brasil com os demais países latinoamericanos)²⁴.

²³ Afinal, por definição, mesmo a “integrabilidade” dos capitais está quase sempre associada ao arbítrio, à força, à corrupção, enfim, a tudo quanto se opõe a uma integração humanizada e humanizante das coletividades humanas em questão.

²⁴ Existe também, desde 1969, a *Reunião de Serviço Mundial* (RSM), que reúne representantes dos países que já dispõem de escritórios nacionais organizados (29, em 2000); nos anos em que não acontece a RSM, ocorrem as reuniões regionais, que incluem também países aonde AA ainda está em processo de estruturação: além da REDELA, existem a *Reunião de Serviço Européia*, desde 1981, e a *Reunião de Serviço da Ásia e Oceania*, desde 1995. Existem ainda as *Convenções Internacionais* de AA, quinquenais, reunindo dezenas de milhares de membros para confraternização, e um *Fundo de Literatura* que, desde 1990, edita em 15 idiomas os principais títulos da bibliografia oficial da entidade e os distribui em países que ainda não organizaram suas editoras. Ainda, nas Conferências e Convenções nacionais é comum a presença de convidados de países vizinhos. Finalmente, a Internet também vem sendo usada como ferramenta de integração: além das *home pages* de escritórios nacionais e locais, funcionam “grupos virtuais” em vários idiomas que reúnem membros de diversas nacionalidades.

Importa ressaltar que essas práticas de integração regional impõem um esforço significativo aos sujeitos da pesquisa (não só no Brasil e no Uruguai), seja pela crônica escassez de recursos financeiros dos escritórios nacionais²⁵, seja por distintas formas de resistência que a idéia de integração acende, nas várias *nacionalidades* dos ex-bêbados.

Mas, mesmo dentro de tais limites, resta claro que tais práticas, bem como a proposta de AA como um todo, abarca uma dimensão de integração regional significativa na perspectiva do presente estudo, e que pode ser vista como desdobramento concreto da relação de coerência entre sua cultura institucional e as formas regulatórias/organizativas que construiu e manteve ao longo de sua existência.

Referências Bibliográficas

- ALCOÓLICOS ANÔNIMOS. São Paulo, JUNAAB, 1996.
- BAKTHIN, M. *A cultura popular na Idade Média e no Renascimento*. São Paulo-DF, Hucitec, 1993.
- CÂNDIDO, A. *Os parceiros do Rio Bonito*. São Paulo, Editora 34 e Livraria Duas Cidades, 2001.
- CARDOSO, C.F.S. *América Pré-colombiana*. São Paulo, Brasiliense, 1986.
- GALEANO, E. *As veias abertas da América Latina*. São Paulo, Paz e Terra, 1979.
- GANEV, E. *Dize-me como andas e saberei quem és. O método de Alcoólicos Anônimos à luz da comunicação social no contexto latinoamericano: Brasil e Uruguai*. Tese de Doutorado. São Paulo, PROLAM/USP, mimeo, 2002.
- HOLANDA, S.B. *Raízes do Brasil*. São Paulo, Companhia das Letras, 2000.
- JAMES, W. *As variedades da experiência religiosa. Um estudo sobre a natureza humana*. São Paulo, Cultrix, 1995.
- MANUAL DE SERVIÇOS DE AA. São Paulo, 1995.
- OS DOZE PASSOS E AS DOZE TRADIÇÕES. Alcoólicos Anônimos, São Paulo, 1995.
- RIBEIRO, D. *O povo brasileiro*. São Paulo, Companhia das Letras, 1995.
- SANTOS, B.S. "O Estado e o Direito na Transição Pós-Moderna: Para um novo Senso Comum". In: *Humanidades*. São Paulo, vol.7, nº 3, 1991, pp. 267-282.

²⁵ Do mesmo modo que os grupos em geral operam com orçamentos restritivos (suficientes apenas para aluguel, tarifas públicas e o *cafézinho*), também os escritórios nacionais operam em geral com orçamentos que não incluem, no planejamento de suas despesas *regulares*, os serviços de relações públicas, apadrinhamento a outros países e integração regional.

SEIBEL, S.D. e TOSCANO Jr., A. *Dependência de Drogas*. São Paulo/Rio de Janeiro/Belo Horizonte, Atheneu, 2000.

VAILLANT, G.E. *A história natural do alcoolismo revisitada*. Porto Alegre, ARTMED, 1999.
www.alcoolicosanonimos.org.br